

Transcrevivências de uma travesti: etnografando antropologias outras

Transwrittings of a Travesti: ethnographing other anthropologies.

“Transcrevivências” de una travesti: etnografía de antropologías otras.

Samantha Vallentine Cabral de Souza¹

Resumo: Este trabalho, a partir de um relato autoetnográfico, discorre sobre quais desafios as populações das travestis e pessoas trans, assim como as outras sobrevivências de populações em dissidência, tem cotidianamente tanto em suas trajetórias precarizadas, quanto no âmbito da educação. Quem pode fazer pesquisa e como escrever academicamente a partir dos critérios estabelecidos por uma ciência branca, masculina, europeia e cisheteronormativa, especificamente na Antropologia. A escrita se dá a partir de uma transcrevivência de parte da minha trajetória no território da Várzea, bairro da região oeste do Recife, especificamente na comunidade Padre Henrique até a minha chegada ao mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Os relatos autoetnográficos representam uma importante mudança paradigmática nas formas de produção de conhecimento antropológico, em que aqueles que eram os grandes "Outros" da antropologia, os "objetos de estudo", passam agora a ter a própria voz na produção acadêmica e mudar a disciplina por dentro, no lugar de antropólogos e antropólogas. Não há pretensão de responder as diversas questões que levanto ao longo do texto, mas sim ampliar a reflexão sobre o gigante desafio de uma travesti negra e periférica em campo.

Palavras-chave: transcrevivências; travestis; etnografia; trans

Abstract: This autoethnographic report explores the daily challenges faced by travestis, trans people, and other marginalized populations, both in their precarious lives and within the educational system. It examines who is capable of conducting research and how to write academically within the framework of a white, male, European, and cisheteronormative science, specifically in Anthropology. The text is based on a transcription of a portion of my personal journey in the Várzea neighborhood of Recife, focusing on the Padre Henrique community until my enrollment in the Master's program in Anthropology at UFPE. Autoethnographic reports represent a significant paradigm shift in anthropological knowledge production. They empower those who were once viewed as the "objects of study" to have their own voices in academic discourse, challenging the traditional dominance of male and female anthropologists. This work does not aim to provide definitive answers to the various questions raised but rather to stimulate reflection on the immense challenges faced by a Black travesti researcher situated within a peripheral context.

Keywords: Transcriptions, Travesti, Ethnography, Trans

Resumen: Este trabajo, a partir de un informe autoetnográfico, discute qué desafíos han ocurrido diariamente tanto en sus trayectorias precarias como en el campo de la educación a las poblaciones de travestis y trans, así como a otras supervivencias de poblaciones disidentes. Que podemos investigar y cómo estudiar académicamente en base de criterios establecidos por una ciencia blanca, masculina, europea y cisheteronormativa, específicamente en Antropología. El escrito se basa en una “transcrevivência” de parte de mi trayectoria en el territorio de Várzea, cercano a la región occidental de

¹ Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: samanthavallentine6@gmail.com

Recife, especificamente en la comunidad de Padre Henrique hasta llegar a la maestría en Antropología de la Universidad Federal de Pernambuco. Los relatos autoetnográficos representan un cambio paradigmático importante en las formas de producción de conocimiento antropológico, en el sentido de que nosotros, que éramos los grandes "Otros" de la antropología, los "objetos de estudio", ahora tenemos nuestra propia voz en la producción académica y hemos cambiado la disciplina desde dentro, como antropólogos. No pretende responder a las diversas preguntas que planteo a lo largo del texto, sino ampliar la reflexión sobre el gigantesco desafío de una travesti negra y periférica en el campo.

Palabras clave: transcrevivências; travestis; etnografia; trans

Refletindo sobre o ponto de partida e as condições precárias

O que estou fazendo na Antropologia? Acredito que muito interessa para essa produção me posicionar, principalmente ao tratar de um exercício de produzir uma autoetnografia. Sou uma travesti negra, nascida na periferia da capital pernambucana, Recife, especificamente no Morro da Conceição, bairro situado na zona norte da Cidade. Minha infância foi marcada por inúmeras violências, principalmente a fome que assolava as famílias brasileiras na década de 1990, quando existiam poucas políticas de assistência social financeira por parte do Estado brasileiro — a época nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso —, a exemplo do Bolsa Família que só começa a ser instituído em 2003 no governo de Luís Inácio Lula, quando eu já tinha 15 anos e já estava prestes a concluir o ensino médio. Lembro-me das inúmeras vezes que a minha felicidade e única saída para me alimentar era estar na escola, dos lanches que eram deliciosos que, hoje, muito me faz refletir quando como algo parecido, mas não tem tanto sabor quanto na infância. Há um dito popular que “o tempero da comida é a fome”, sem dúvida essa frase sempre me vem à mente quando reflito sobre essas memórias de experiências da minha infância. Infância e adolescência essas, marcadas por inúmeras violências transfóbicas, tanto no âmbito familiar quanto escolar, social e afins.

Minha performance de gênero nunca foi a esperada pelas pessoas que me rodeavam, o “pau comia” expressão da época, as pancadas que eu levava muitas vezes até no rosto, aconteciam de forma muitas vezes inesperadas pelo óbvio, na minha cabeça eu sempre fui uma menina. Recordo-me das saias das pombagiras e das gargalhadas que eu dava, ora fui criada numa família de pessoas negras, mas também com fenotípicos indígenas. Muitos trabalhos eu acompanhava de perto, as limpezas, os rituais de proteção, de incorporação, os recados, os pedidos, a fé e tantas outras experiências ricas realizadas por minhas tias, primas, mãe, avó. Essa transferência de uma feminilidade pujante, forte, sábia, resiliente muito me ajudou a chegar hoje nessa escrita.

Entre trancos e barrancos, consegui concluir os ensinamentos fundamental e médio em escolas públicas de bairros da zona norte. Mas bem antes disso, aos 13 anos, comecei a escovar uns

cabelos, de familiares e amigas e fui desenvolvendo habilidades na área de beleza e praticamente isso me salvou quando fui expulsa de casa anos depois a não cair na prostituição de maneira compulsória como a maioria esmagadora das travestis no nosso país. Outro fato que contribui para que eu conseguisse entrar na graduação em Ciências Sociais e estar no mestrado em Antropologia foi ter conseguido a minha ficha 19 aos 16 anos. O Censo da Redetrans Brasil de 2022 aponta que apenas 32,4% das travestis concluem o ensino médio, que a média de idade de expulsão de casa das pessoas trans é de 13 anos apenas e que quase 60% são negras.

Minha transição de gênero começou aos 19 anos quando comecei a frequentar e praticar vôlei e já trabalhava em salão de beleza, embora como já dito eu me compreender pertencente ao gênero feminino desde pequena. Logo, ter feito a transição aos 19 contribuiu para eu conseguir não ser expulsa de casa aos 13 anos e ter concluído o ensino médio e poder entrar na graduação, embora tão tardiamente aos 31 anos. Em minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco, tive uma enorme conexão ao longo de todo o curso com a Sociologia — talvez por alguma questão pedagógica ou mesmo de conexão com o campo, docentes, inclusive minhas notas e empenho eram muito melhores. A Antropologia aparece em toda a minha graduação de forma secundária, assim como a Ciência Política, apesar de ter tido excelentes docentes. Entretanto, ao final do curso viria a escolha de quais áreas das Ciências Sociais os discentes engendrariam.

A Sociologia era o provável, óbvio, era ali que eu tinha mais aproximação com as teorias, os docentes e a ciência em si. Mas, as minhas condições socioeconômicas iriam mudar como sempre a minha direção, pois antes de tudo sou uma travesti, negra, pobre, periférica, filha de mãe solo, expulsa de casa, assim como a maioria de nós, travestis e pessoas trans (Tathiane ARAÚJO; Sayonara NOGUEIRA, 2022). E, como toda mera mortal em processo de sobrevivência, eu não poderia achar que era só escolher a Sociologia ou outro qualquer campo para atuar de maneira plena. Nesse ínterim, pensei: quais as minhas possibilidades de permanecer na Sociologia caso eu passasse na seleção para mestrado? Será que haveria bolsa para mim mesmo, não havendo lugar para esse corpo em toda a sociedade brasileira (ARAÚJO; NOGUEIRA, 2022)? Quais as vivências outras encontraria nesse espaço de produção de ciência? Quais resistências/ barreiras, além das que já me interrompem o tempo todo, surgirão? Postas essas questões, tive que repensar a Sociologia como único caminho possível para a minha atuação na carreira acadêmica e ampliar o universo de (im)possibilidades.

Ora, imagina se uma travesti como toda essa bagagem precária (Judith BUTLER, 2018) iria ter a petulância de escolher seu próprio destino. Optei então por passar pela jornada difícil de sobreviver novamente, além das minhas sobrevivências cotidianas, a duas seleções, pois

aumentaria a possibilidade de garantia da bolsa para que eu pudesse minimamente atuar no mestrado com suporte financeiro, já que não teria outra saída. Eu já sabia que a minha graduação não me garantiria renda fixa tanto pela histórica desvalorização das ciências humanas quanto, e principalmente, por ser uma travesti negra. Se o capitalismo em sua mais perversa versão não me cooptou para trabalhar em supermercados, em serviços gerais, como empregada doméstica, gari, faxineira, imagina uma travesti que atua com coleta e análises de dados, desenvolvimento de projetos e pesquisas nas empresas de médio e grande porte ou em outras instituições renomadas? Isso já estava posto antes mesmo de começar a graduação. Além de toda a interseccionalidade que me atravessa, as encruzilhadas (Carla AKOTIRENE, 2018), é preciso sempre situar que o sistema cissexista (Jaqueline de JESUS, 2012) mobiliza saberes, poderes e subjetividades (Sueli CARNEIRO, 2023) realizando transpitemicídios (Sofia FAVERO, 2020) e genocídio das travestis e pessoas no Brasil, ocupando o topo do ranking mundial há 15 anos consecutivos (ARAUJO; NOGUEIRA, 2022).

No quarto período da Graduação, tive a incrível possibilidade de fazer a minha primeira pesquisa em campo, uma pequena etnografia que uma professora querida por toda a turma ofertou enquanto avaliação da disciplina Métodos e Técnicas da Pesquisa Qualitativa. O trabalho se propunha a analisar a partir de Observação Participante e entrevista semiestruturada as experiências de masculinidades performatizadas por homens cis que residiam em prédios e homens cis que residiam nas casas da comunidade Padre Henrique, bairro da Várzea, região oeste de Recife, onde passei a morar desde que passei a graduar em 2018, considerando principalmente o recorte étnico/racial desses homens. Daí já surgiram diversas questões sobre a real possibilidade ou impossibilidade de uma travesti estar em campo, se posicionar enquanto pesquisadora e muito menos exercer a autoridade (James CLIFFORD, 2011), embora em desuso, dificilmente, conseguiria autorização para registros entre o grupo ao qual estou pesquisando ou muito pior, por ser uma travesti, negra e pelo histórico de exclusões e de estigmas sociais não haver nem a possibilidade de entrevistar pessoas, principalmente quando se trata do público masculino e ser nova no território. “Como assim uma travesti antropóloga?”, “Será mesmo que ela quer entrevistar?”, “Essas entrevistas seriam na casa dos entrevistados?”, “Não seria estranho uma travesti dentro da casa da gente?”, “As próprias famílias não as aceitam dentro dos seus lares, imaginem nas nossas casas?”, “Ela nem daqui é, dizem que estuda na Universidade Federal de Pernambuco, será?” Esta última pergunta ouvi quando estava retornando de uma das minhas aulas, no primeiro ano de graduação na UFPE, que fica a poucos metros da minha atual residência. Atualmente, no mestrado em Antropologia, me deparo com a incrível possibilidade da autoetnografia,

principalmente pela minha atuação e relação de pertencimento ao grupo e tema que tenho pesquisado, os quais são as travestis e as pessoas trans e a relação com o mercado de trabalho. De acordo com Ellis e Bochner (2000), a autoetnografia é um gênero autobiográfico de escrita e pesquisa que apresenta múltiplos níveis de consciência, conectando o pessoal ao cultural, expondo frequentemente um *self* vulnerável. Em suma, a autoetnografia tem sido uma estratégia teórico/metodológica de extrema importância para que diferentes matrizes de saberes, outros paradigmas, possam emergir no campo antropológico, principalmente num contexto onde aquelas/es que eram apenas vistas/os como “outras/os” são hoje antropólogas/os/es produtores também de ciência.

Os desafios de estudar de um corpo trans negro em periferia às margens de rios

Visto todo o contexto e minhas condições, me joguei num processo de profunda dedicação às seleções. Mas voltando às questões estruturais: Como uma travesti negra, com 36 anos, se dedicaria aos estudos morando na periferia da várzea, às margens do Rio Capibaribe, que, quando chove por três horas seguidas, o drama toma conta de toda a comunidade?

Em 2022, houve uma das maiores cheias do rio e grandes perdas para as comunidades que dividem a sobrevivência com as águas. Casas foram levadas pela correnteza, muitas famílias perderam tudo, as instituições locais — estou como presidente da NATRAPE² - foram e são nossas maiores parcerias e esperança nesse momento. As águas e todos os sedimentos do rio marcaram não só as paredes das suas casas, mas também as vidas daquelas pessoas que monitoram até hoje de maneira constante a subida do rio em qualquer pequena chuva. Nesse ínterim, quando a prefeitura chegou para ajudar, o processo de resiliência e as ações mais urgentes já tinham sido feitas pela própria comunidade junto às instituições que estão presentes na vida cotidiana dessas populações.

O Espaço Solidário GRIS (a instituição que mais atuou e que tem um compromisso cotidiano com a comunidade da Várzea em diversas áreas, é gerida por Joyce Paixão, mulher cis preta, bissexual, Cientista Social, embaixadora climática, mãe do José e tantos outros

² A Natrape (Nova Associação de Travestis e Pessoas Trans de Pernambuco) é uma instituição da sociedade civil organizada filiada à Rede Trans Brasil. Voltada à prevenção, mitigação e enfrentamento a transfobia, a entidade atua em Pernambuco. Segundo os dados publicados pela Rede Trans Brasil, em seu dossiê anual, o estado ocupa a segunda colocação no ranking nacional de assassinatos contra as comunidades trans e travestis. Desde a fundação, em 2013, incide-se nas três esferas do poder público para criação, promoção, fomento e capilarização de políticas afirmativas, articulando ainda o monitoramento sazonal do seu funcionamento, em termos qualitativos e quantitativos. Promovemos também amplos debates e parcerias com o setor privado, estimulando conscientização, formações continuadas e inserção profissional. Embora iniciar com a palavra Nova, a NATRAPE já tem 10 anos de atuação e teve como fundadoras travestis e mulheres trans negras, a exemplo de Heymilly Maynard, travesti negra, ativista, transfeminista, Educadora Social.

infinitos adjetivos), o Mãos Amigas, a Associação dos moradores da Várzea, a NATRAPE desde 2020 entre outras. A comunidade onde moro é dividida em duas partes: Padre Henrique de cima e Padre Henrique de baixo, moro na comunidade de cima e não fui afetada diretamente pela subida do rio. Estou na militância desde 2016 - dois anos antes de chegar na Várzea - contribuindo em alguma medida na vivência das travestis e pessoas trans em Pernambuco pela NATRAPE nas áreas nas quais a instituição consegue apoio. A NATRAPE, já tinha uma rede considerável de parcerias com outras instituições e visibilidade, sendo fundamental para minimamente diminuir os impactos através das inúmeras doações que chegavam quase sempre da rede no momento da cheia.

Conseguimos inúmeras doações por meio dessas parcerias como roupas, alimentos, muitos materiais de limpeza devido a imensa quantidade de lama e outros materiais que o rio trouxe para as casas afetadas. Além de conseguir refeições diárias, as quais foram fundamentais, tendo em vista que toda a comunidade Padre Henrique de baixo foi atingida, e não tinham como cozinhar nem muito menos condições de conseguir alimentos nesse processo de resiliência. Por dias conseguimos fazer cestas, distribuir alimentos, fazer escuta e acolhimento de todo o trauma vivenciado. Em colaboração com Amaral (homem cishetero, negro e grande liderança da comunidade) descíamos com outras travestis com o isopor cheio de marmitas para que minimamente essas pessoas conseguissem fazer 3 refeições diárias. Depois de tudo mais ou menos no lugar, após meses, me veio à cabeça, como que num estalo: Eu, uma travesti recém-chegada na comunidade — com a ajuda inclusive de várias outras travestis/trans — a procura de melhores condições de vida e de educação. Fugindo das péssimas condições de deslocamento do antigo endereço na zona norte até a Universidade Federal de Pernambuco e dividindo essa nova casa, alugada, com a minha linda filha, que a UFPE me presenteou, estava lá descendo e subindo a Padre Henrique, organizando ações, fazendo triagem dos materiais que chegavam, distribuindo esses materiais e fazendo ou distribuindo as refeições nesse território que não me deu às costas, me acolheu?

Por falar em acolhimento, um tempo desses, estava retornando de alguma atividade que fiz e me deparo com uma moradora, ela parecia antiga da comunidade, se vestia com uma saia longa passando dos joelhos e blusa com mangas curtas, cabelos compridos com um semblante sorridente, segurando uma bíblia se aproximou e com palavras me agradeceu pelo apoio prestado nas cheias, me desejando muita proteção e bênçãos, foi quando a ficha realmente caiu. Possivelmente aquela mulher, que provavelmente era/é, ainda a vejo vez ou outra, uma evangélica, e pelos trajes de uma instituição neopentecostal assembleiana, — já tive experiências de passar por ela e a escutar proferindo bençãos, pedindo misericórdia a Deus enquanto

conversava com outras pessoas da vizinhança - me agradeceu por toda a ajuda que pude oferecer no momento tão difícil para aquela/minha comunidade. Talvez uma contradição aconteceu ali, uma evangélica agradecendo a uma travesti negra, e não errando os pronomes femininos, por apenas fazer o que qualquer pessoa deve em momentos como esses. Eu não tenho “passabilidade”, ou seja, pelas minhas características físicas eu sou lida socialmente como uma travesti e não como uma mulher cis, já enfrentei e enfrento inúmeras transfobias por isso, e essa querida me via todos os dias com outras travestis ajudando a comunidade. É necessário pontuar que o governo de Jair Messias Bolsonaro, que estava no poder na época, teve amplo apoio das igrejas neopentecostais brasileiras, que umas das pautas mais utilizadas por ele era a pauta antitrans, mais precisamente a “ideologia de gênero” que ganhou ampla repercussão no cenário nacional, angariando inclusive inúmeros projetos de leis que proíbem discutir gênero nas escolas, a utilização dos banheiros conforme o gênero ao qual nos identificamos, inúmeros projetos aprovados de proibição da linguagem neutra entre outros.

Lá estava eu, uma travesti negra com uma trajetória de tantos perrengues e violências, contribuindo e recebendo o reconhecimento. Para mim, soou, como disse anteriormente, como um agradecimento de toda a comunidade, um recado de que quando se trata de sobrevivência e solidariedade existe um fio de esperança humana, afetiva e de acolhimento entre os seres humanos. Por que logo aquela mulher? Como uma evangélica, num contexto de ascensão da extrema direita no Brasil apoiada por grupos neopentecostais, se dirigiria a uma travesti, reconhecendo o seu gênero feminino e, ainda mais, sendo grata pela solidariedade prestada? Quantas foram as barreiras ideológicas, morais e éticas que essa mulher atravessou para no meio da rua fazer esse ato tão significativo em diversas dimensões para as nossas populações que vivenciam a perseguição, inclusive por parte significativa dos evangélicos? Ou será que nesse processo de nos alimentarmos com inúmeras notícias sobre o apoio dos grupos neopentecostais ao antigo (des)governo, passamos a desconsiderar evangélicos progressistas, como temos visto mais recentemente? Que experiência incrível e haverá quem, nesse momento, assim como quem escreve agora, esteja bastante tocada com esse testemunho(risos). Não sendo este o motivo dessa escrita, deixarei para outro momento aprofundar estas questões, quem sabe?

Mas, de volta a questão sobre como estudar vivendo em uma comunidade, que para além desse drama cotidiano, a vida pulsa bastante. A Várzea é muito rica em áreas verdes, é o segundo maior bairro de Recife em extensão territorial, rica em artes e produções culturais, eventos, mercados, bares, lanchonetes. Nos finais de semanas nos perdemos/encontramos nas mais diversas sonoridades dos bares, das casas esbanjando suas caixas de som e as vozes - muitas vezes sobressaindo do volume que as caixas estão -, das pessoas no geral e suas múltiplas

conexões como acontece na maioria das comunidades. O sábado e o domingo são dias “sagrados” para festejar a vida, mesmo que por vezes em condições tão insalubres e diante de tanto racismo quando nos deparamos com agentes do estado invadindo as comunidades, as casas com metralhadoras, revólveres de diversos calibres, com abordagens inadequadas num lugar cheio de pessoas dignas, trabalhadoras, mães, pais, avós e crianças, abandonadas pela própria instituição que nos viola. São nesses dois dias que, quando não chove, e não acontecem esses eventos de invasão, as famílias conseguem estar em casa devido ao trabalho, se divertem e esquecem parcialmente dos perigos de sobreviver nessa área onde o racismo ambiental³ impera (Patrick FUENTES, 2021).

O conceito de racismo ambiental tem muito contribuído analítica e politicamente no combate às violências geradas pelas desigualdades que assolam populações marginalizadas como os povos originários, quilombolas, negros, ciganos, LGBTQIAPN+ entre outros. A vitalidade das crianças poliniza todas as vielas/becos e a rua principal com as mais diversas sonoridades e brincadeiras, afinal são apenas crianças, ainda, talvez, não internalizaram o risco iminente de morar nessas áreas. Na casa onde moro as telhas são de Brasilit — telhas feitas de fibrocimento vedam a cobertura e não permite que o ar quente acumulado saia, tornando o ambiente uma estufa — em um beco com formato em L que dá acesso à rua principal, na entrada do beco, um fiteiro divide espaço com um lixão onde praticamente toda a comunidade Padre Henrique coloca seus lixos, infelizmente. Minha casa é praticamente rodeada por dois prédios e, também, pelas construções verticalizadas das casas de moradores da comunidade, literalmente moro entre a comunidade e os prédios que tomam conta de uma das laterais e das “costas” da residência. Imaginem o calor e todo o barulho que esse formato em L trazem para onde moro? Todos os sons de alguma maneira chegam no primeiro andar da minha residência, qualquer mínimo barulho produzido no beco parece ter sido em casa, inúmeras vezes acordei pela madrugada achando estarem tentando abrir a grade da minha casa ou mesmo pensando que alguém estava chamando, imagina os sustos? Fizeram um sistema de esgoto que passa pelo meio desse beco, a cada oito metros tem um caixa tampada, mas que vez ou outra entope e o esgoto transborda pelo beco. Os próprios moradores fazem o serviço de desentupimento e, pelo que soube, foram eles mesmos que fizeram o sistema de esgoto e cimentaram toda a travessa. A prefeitura não faz o calçamento nem dá rua principal, imagina de uma viela que um “bando de favelado” mora. Outrossim, a rua principal não é

³ O racismo ambiental refere-se às práticas e políticas que discriminam comunidades marginalizadas ao expô-las desproporcionalmente a riscos ambientais, como poluição e desastres naturais. É uma realidade preocupante que impacta desproporcionalmente as comunidades marginalizadas, como quem vive nas ruas.

asfaltada, é de barro e aterrada constantemente com restos de telhas e reformas das casas da comunidade — a história do bairro tem ligação direta com o comércio pelas águas do rio quando havia os engenhos — quando chove vira lama e imagem para onde a água escoar e também todo o esgoto das casas e dos prédios? Mas, qual outra opção teriam os moradores da comunidade para fazer de esgoto se não o rio, diante da ausência do poder público nesses dias terríveis? Quando faz sol vira deserto com tempestades de areia/barro.

O computador que estudo, faço leituras e trabalho tive que deslocar para a minha cozinha. Onde descobri que era o local também menos quente pelo fato de ter um banheiro colado e lajeado devido à caixa-d'água. A poeira da rua e a fuligem da garagem do prédio vizinho, que fica ao lado da minha sala, estavam danificando ele vez ou outra, pois devido ao calor insuportável, as janelas precisam estar abertas. A placa mãe foi substituída duas vezes, o laudo por meio de recurso subsidiado por um edital que a universidade ofertou no período da pandemia, mas até o momento está funcionando. Todos os dias, quando não chove ou quando o tempo está abafado, ou seja, pouca circulação de vento e muitas nuvens e a umidade do ar alta, nos sentimos numa “panela de pressão”, o calor é insuportável começando cedo pela manhã. O ventilador vira “maçarico” e o cérebro parece estar fervendo junto ao corpo todo. Daí, volto para a pergunta inicial, como entrar em um processo profundo de estudos para passar em duas seleções de mestrado na universidade mais conceituada das regiões Norte e Nordeste do país vivendo nessas condições?

A importância do acolhimento familiar para as vidas travestis/trans

Precisamos agora fazer um pequeno retorno a 2022, para podermos entender como eu, apesar de todas essas intercorrências, consegui estudar e ser aprovada nas duas seleções em Antropologia e Sociologia na UFPE com toda essa “meritocracia” e “privilégios” — óbvio que estou sendo irônica — que esbanjo no meu percurso de sobrevivência. Na tragédia que contei das enchentes de 2022, nas minhas descidas para distribuição dos donativos e alimentação, eu parava sempre em frente da casa de uma das primeiras moradoras da comunidade, sem saber. Por motivo de ser uma das únicas partes da rua, a qual é cimentada, que tem um pouco de sombra devido ao toldo da frente da mercearia. Dona Neném, mulher cis, branca, a dona dessa casa é uma senhora muito conhecida, tem muitas histórias pelo tempo que mora na comunidade, a sua própria trajetória de vida que foi muito difícil, vinda do interior, criada com muita violência por parte dos pais, sem quase nenhum desempenho na escrita, mas que hoje tem algumas casas alugadas na comunidade e também uma barraquinha que vende diversas coisas, uma mercearia.

Nesse sobe e desce — não apenas por morar na Padre Henrique de cima, mas também por morar num primeiro andar em um beco bem estreito — Dona Neném começa a se aproximar. Curiosamente, como é bem de costume dela, saber quem era aquela mulher tão alta, qual o meu papel naquele momento e como ela poderia contribuir nesse processo de ajuda à comunidade na qual ela viu surgir. Nessa aproximação, gradualmente ela me contou que foi uma das primeiras moradoras da rua, que os terrenos eram imensos e que grande foi o trabalho, para aterrar e construir as bases para sua morada. Ora, aquela área era muito próxima ao rio e o solo era muito instável, há diversas histórias tanto dos engenhos da época da invasão portuguesa quanto do processo de comercialização dos areeiros locais que retiravam areia das margens dos rios para a venda. Esse período se inicia em 2022 e, jamais saberia que seria tão importante inclusive para que eu pudesse hoje estar no mestrado em Antropologia. Dona Neném é querida, mas também odiada por várias pessoas, acredito que pelo seu tempo na comunidade e pelo fator econômico com as pessoas da comunidade devido a sua mercearia. Esses primeiros encontros nos aproximaram bastante, devido à urgência que se fazia necessária de solidariedade com a comunidade. Passei a frequentar bastante, após uma certa normalidade, a sua casa na rua principal, bem mais espaçosa, silenciosa e mais ventilada.

Estava nos períodos finais da universidade, ela vez ou outra confundia meus pronomes, mas logo isso foi resolvido. Dona Neném é uma mulher de personalidade forte, impaciente, por vezes de pulso firme com as palavras e atitudes, atuante na comunidade pela dimensão econômica, perdeu recentemente dois entes muito queridos, seu marido e um dos seus filhos. Presenciando parte de sua comunidade passando pelo processo terrível das enchentes do rio e grandes perdas. Nesse lugar de tantos sentimentos aflorados, solidariedade e conflito também estávamos sendo atravessadas por conflitos nacionais em um ano muito importante. As “forças progressistas” nacionais se uniram para derrotar o golpe militar que estava sendo planejado pelo presidente em vigência, grande parte das forças militares e empresários financiadores tendo seu ápice em 8 de janeiro de 2023, quando terroristas invadiram os três poderes da República. Dona Neném é de esquerda, assim como eu, e havia perdido seu marido e filho para a COVID-19 no início da pandemia. Duas dimensões foram essenciais inicialmente para uma senhora de 66 anos, viúva e com uma vivência conservadora, nascida no interior de Pernambuco, começar uma amizade com uma travesti negra: a solidariedade com a sua comunidade e a política partidária. Votar no PT — inclusive por culpar, com razão, Bolsonaro pela morte dos seus entes queridos e milhares e milhares de outras pessoas — e a emergência de auxiliar a comunidade fizeram com que Dona Neném me acolhesse em seu cotidiano, desconsiderando inclusive todas as impressões maldosas e equivocadas sobre mim ao longo dos dois anos de nossa amizade.

Foi na casa de dona Neném que na maioria das vezes eu conseguia me concentrar nos estudos, muitas vezes pelo meu celular ou notebooks emprestados de amigos. Dona Neném escutou e me contou inúmeras coisas sobre está frequentando o seu lar. O único filho que hoje ela tem é bolsonarista, assim como sua irmã que mora ao lado, evangélica e um casal de vizinhos, melhores amigos da casa em frente. Inúmeras vezes ela veio me falar de maneira muito direta, mas com um fundo de preocupação sobre as pessoas falando que ela estava se amigando (tendo um relacionando) com um(a) travesti. Mesmo tendo auxiliado a comunidade, muitos tinham resistência ou não tinham letramento sobre identidade de gênero, mas que ela não ligava para isso poderiam continuar falando. Agora escrevendo e chorando, sinceramente não sabia que tipo de sentimento atravessava ela nesses momentos, mas nunca me disse ou demonstrou com ações que eu não deveria mais frequentar sua casa, até sua outra irmã que mora uma casa mais embaixo já perguntou qual a minha relação com ela e já me comentou em momentos de discussão que tínhamos um caso. Ela resistiu a tudo isso e hoje diz que é minha segunda mãe, a minha mãe daqui da rua/comunidade. E essa resistência dela, talvez, de alguma forma me impulsionou ainda mais a enfrentar os dois processos seletivos e ter êxito.

Dona Neném, uma senhora branca de 66 anos, acolheu uma travesti negra, contra vontade de sua família, em um contexto turbulento tão turbulento em várias esferas de sua vida. Eu já morava na comunidade há uns 4 anos, cheguei aqui em 2018 quando o Brasil abriu as portas para uma possível segunda ditadura militar. Mas só em 2022, comecei a ser vista e acolhida pela comunidade e por parte da família de Dona Neném através das ações na enchente e da atuação em rede das instituições locais. Foi lá na residência de Dona Neném que construí o primeiro comitê pró travestis do PT, na inauguração tinham quase 50 travestis, pessoas trans, lideranças políticas e parlamentares. A casa dessa senhora se tornou um lugar de resistência, de atuação e de família para mim na Várzea.

Algumas das reuniões da NATRAPE também foram e ainda são realizadas na casa de dona Neném, uma bandeira enorme vermelha foi estendida na entrada de sua casa e diversos materiais de campanha, adesivos, bandeiras, praguinhas foram distribuídos por toda a campanha de 2022 lá. Acompanhamos apreensivamente o resultado das eleições em sua garagem/terraço e conseguimos garantir, mesmo que com toda a fragilidade, o processo democrático no Brasil, com margem bem estreita veio a vitória das forças progressistas junto ao PT. Por um momento pensamos em não comemorar devido a estarmos rodeadas de bolsonaristas, mas, ouvimos nas ruas as forças progressistas comemorando e não tivemos como não nos unir àquele momento de alívio e alegria. Ufa, Dona Neném e tantas outras famílias no Brasil venceram, parcialmente, pois ele ainda não foi preso, por derrotar nas urnas aquele

governo que não ofereceu a tempo a vacina para salvar os seus queridos filho e marido. E, eu venci por não voltar a ser perseguida como foram as travestis na operação tarântula no final do período militar, como relata Cavalcanti:

Em matéria publicada no dia 17 de janeiro de 2018, também na Folha de São Paulo (Canofre, & Pereira, 2018), é lembrada a Operação Tarântula ocorrida 31 anos antes, a partir da trajetória de Patrícia, uma das travestis presas na ocasião. A matéria relata ainda que a operação, que se iniciou no dia 27 de fevereiro de 1987, foi oficialmente suspensa no dia 10 de março do mesmo ano após grupos de defesa dos direitos LGBTQI começarem a pressionar a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Estima-se que nos poucos dias em vigência, a operação chegou a prender mais de 300 travestis (CÉU CAVALCANTI, et. al. 2018).

No ano em que eu estava nascendo, 1987, eu já era perseguida e assassinada em outros corpos que se netas e netos, filho e nora. Entretanto, precisávamos também vencer os comentários maldosos, desrespeitosos e os estigmas sobre a nossa amizade. O tempo resolveria parte desta questão, tendo em vista que ainda hoje, raramente o assunto surge na boca de Dona Neném. Não abrimos mão da conexão da amizade entre duas mulheres de gerações diferentes, de histórias diferentes, de raças diferentes, entre tantas outras diferenças.

Em 2023, entre trancos e barrancos, vimos os alimentos, as notícias sobre a Economia, a Indústria, a Educação, a Fome, dentre outros setores melhorarem bastante. O Brasil tentando sobreviver a todo o retrocesso que passou desde o golpe de Michel Temer e as forças conservadoras no país em 2016 contra a primeira mulher cis presidenta, na tão recente democracia brasileira. Um grande suspiro para também poder me dedicar ao final da graduação e aos processos seletivos de mestrados. A elaboração do meu TCC e grande parte dos estudos para tais seleções foram realizados na grande mesa de Dona Neném, onde hoje, me parece, que sou peça fundamental na relação entre ela, a nora — que se tornou minha grande amiga Taciana — seu filho e suas netas e netos. Essa mesa, onde hoje ela diz que quando sento em um determinado lado é para não ser incomodada com meus estudos, mesmo que por vezes ela chegue como quem não quer nada e pergunte, com uma certa cautela, se tenho um momento para poder pagar algum boleto. Pelo PIX⁴ - que a ajudei a fazer entendendo a urgência e as explosões de transações por essa ferramenta - ou mesmo no atendimento de sua mercearia que fica num outro cômodo colado da sala/cozinha onde fica a grande mesa que estudo.

Pasmem, alguém que até tão pouco tempo era uma desconhecida, em todos os sentidos possíveis, a forasteira, estranha, travesti, negra, hoje participa de todos os eventos da família

⁴ Método de transferência monetária instantânea e de pagamento eletrônico instantâneo em real brasileiro oferecido pelo Banco Central do Brasil.

das duas casas - a de dona neném e a de seu filho, nora, netos e netas - desde lanches da tarde a comemoração de aniversários. Ademais, não pode ser incomodada quando está estudando, a matriarca ainda interfere quando alguém vez ou outra chega próximo à mesa, nos meus momentos de estudos. Algo me inquieta no interior desse processo, é que enquanto presidenta de uma instituição trans, me chegam inúmeros relatos das diversas transfobias vivenciadas pelas afiliadas e outras pessoas trans, tanto na região metropolitana do Recife quanto nas cidades interioranas, tão diferentes do que vivencio agora. O que tenho hoje de diferente dessas tantas outras pessoas que não são acolhidas nos seus respectivos territórios aos quais por muitas vezes são obrigadas a migrar devido às violências transfóbicas? O que levou além da solidariedade e a posição política partidária essa família me acolher? Por que isso não acontece com tantas outras travestis e pessoas trans em situações tão similares a minha? Quais barreiras precisaremos ainda derrubar para que outras “Samanthas” sentem-se nas mesas de outras famílias e sejam acolhidas por elas?

Uma das hipóteses pode constar no fato o qual eu estava na graduação na época, era uma universitária, presidenta de uma instituição, cheia de bons contatos, haveria, na visão de Dona Neném e sua família, quem sabe, a ideia de um retorno financeiro, a perspectiva utilitarista. Mas será que o preço de romper com diversas normas sociais, morais e éticas, receber inúmeras ofensas e as costas da comunidade, valem à pena quando se trata de algum retorno financeiro no futuro por acolher em sua casa um corpo considerado abjeto e repugnante na sociedade brasileira e boa parte do mundo? Imaginem se por acaso, a maioria descobre, que Samantha é pesquisadora em gênero e que já realizou até atividades mini etnográficas, de aplicação de questionário para um minicenso da comunidade de Sete Mocambos, vizinha a Padre Henrique? Como seria se por acaso eu, enquanto pesquisadora travesti, negra, desenvolvesse uma pesquisa sobre violência familiar e tivesse que entrevistar mulheres, jovens ou qualquer outro público na comunidade. O que mais Samantha seria para além de uma suposta amante de uma senhora de 68 anos? Quais desafios um corpo sobrevivente travesti/trans, negro, de fora, que carrega em si inúmeros estigmas sociais, abjeto, encontraria no campo enquanto pesquisadora/antropóloga? Todavia, é inegável a importância que essa senhora de 68 anos teve/tem na minha trajetória acadêmica, dando-me suporte estrutural essencial para que eu conseguisse estar hoje na pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. O trabalho de campo será algo que preciso desenvolver enquanto mestranda e precisamos refletir sobre as (im)possibilidades do gigante desafio que perpassa também a questão de acolhimentos em diversas esferas, não apenas familiar nas sobrevivências

travestis, trans, indígenas negras, quilombolas e demais populações marginalizadas pelo Estado e sociedade brasileira.

Os desafios do campo, da escrita e importância da Transcrevivência

A questão central que aparece quando me vejo enquanto antropóloga é: como se realiza atividades de campo sendo uma travesti, preta, periférica no país que mais assassina travestis (ARAUJO e NOGUEIRA, 2022) e pessoas trans pela décima quinta vez no mundo? Em nenhum momento cheguei como pesquisadora no período das enchentes, eu era apenas uma moradora recém-chegada que tinha, através da rede de instituições do terceiro setor, conhecimento e isso ajudou bastante. E continuo sendo isso para a maioria das pessoas da comunidade Padre Henrique ou toda ela. Samantha é uma travesti negra, que auxiliou a comunidade por meio de seus contatos, possivelmente “amigada” com Dona Neném. Imaginem, Samantha sendo uma pesquisadora, mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco? E mesmo que seja, isso não seria um perigo caso ela utilizasse desse lugar para se prostituir na comunidade, já que existe um enorme estigma com o trabalho sexual? Entrar nas casas para aplicar questionários, entrevistar, que história é essa? Ela além de supostamente ter um caso com uma senhora idosa, ainda quer nos entrevistar ou coisa do tipo? Como ela conseguiu entrar na universidade se todas são prostitutas, rejeitadas pelas famílias, abandonadas pela sociedade e pelo Estado? Dito isso, é preciso repensar sobre os desafios da pesquisa de campo quando tratamos de corpos em dissidência no fazer etnográfico. Ao me encontrar hoje no mestrado em Antropologia e me deparar com leituras de textos clássicos “Etnografia não é método” de Mariza Peirano, e “Argonautas do Pacífico Ocidental” de Malinowski, poderia considerar que esse meu exercício de escrita se enquadraria em um fazer etnográfico? E o que seria um fazer etnográfico de uma travesti, negra, transfeminista, periférica, mas mestranda em Antropologia pela UFPE? Centralizar (Marta SALGADO, 2012) as principais demandas reivindicadas por vivências travestis e trans, utilizando aporte teórico metodológico da disciplina, sendo uma representação, transnarrando ⁵ (SOUZA, 2023) experiências empíricas cotidianas, trazendo para dentro da academia demandas e saberes urgentes que as dissidências travestis/trans têm denunciado e formulado em suas trajetórias? Poderíamos nós, travestis/trans, utilizar nossas próprias produções acadêmicas já reconhecidas

⁵ O processo autônomo de tomar as rédeas dos acontecimentos de modo muito peculiar e particular na minha vida trans e da mesma forma que, a partir dessa bagagem de experiências e táticas de sobrevivência, produzir epistemes tão potentes de maneira teórico/prática no cotidiano, que contribuam com arcabouço acadêmico e com a ruptura de um sistema que padroniza corpos e conseqüentemente exclui, persegue e assassina a diversidade LGBTQIAPN+.

em outros campos das ciências humanas como aporte teórico nas nossas etnografias? Quais teorias antropológicas nos dariam suporte para que eu possa no campo “atualizar” as teorias e realizar teórico-metodologicamente uma transposição, de maneira feliz, da experiência vivida para a escrita, realizando assim uma boa etnografia?

Resta uma questão incômoda: toda etnografia é boa? Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica (Mariza PEIRANO, 2013).

Será que estou apenas narrando de maneira descritiva superficial minha passagem pela Várzea, assim como faziam as histórias dos viajantes que serviram para as primeiras formulações antropológicas? Ou ainda mais, eu estaria apenas falando coisas sem sentido para a academia com um monte de parágrafos sem coerência e linguagem imprópria para a antropologia? Affs, quantas questões! Mas calma, não é possível serem apenas estranhamentos meus. Quais seriam então as dúvidas de outras pesquisadoras/es PCDs, indígenas, quilombolas, povos das águas, das florestas, do campo, dentre outros no interior da disciplina? Um dos fatores que mais me preocupa é como escrevo e o limitado repertório sociocultural que tenho, como a maioria pessoa que tem uma trajetória de periferia e ensino precarizado, não tinha o hábito de leitura nem de escrita. Recordo um momento em que participei de uma entrevista para elaboração de um trabalho de um grupo ao qual tinha uma amiga jornalista e, no meio da entrevista, já tínhamos falado sobre assuntos diversos, ela me perguntou: Qual o seu poema predileto? A entrevista toda fluiu de maneira tranquila, mas nesse ponto uma confusão tomou conta da minha mente, me calei, comecei a suar e tentar lembrar de algo que pudesse me lembrar de um poema ou algo próximo. Disse qualquer coisa e seguimos com a entrevista, mas tudo mudou, pois tanto ela quanto o amigo que estavam me entrevistando perceberam que minha postura era outra do início e não demoramos a encerrar. Ainda bem que foi online, estávamos em “lockdown”, imagina presencialmente como seria? Acredito ter sido constrangedor para todo mundo, mesmo sendo uma pergunta tão corriqueira no meio dos intelectuais ou pessoas que têm algum acesso a capital cultural.

Óbvio que não era a intenção do grupo, mas para eles o básico muitas vezes é aquilo que a maioria da população brasileira não acessa. Me senti uma inútil, e isso me assombra até hoje. Como uma pessoa, que está na universidade, não consegue lembrar de um poema, um verso que seja? Estava entre o quinto/sexto período da universidade, o ritmo de leitura e atividades para mim era imenso, tanto pelo histórico das condições socioeconômicas quanto

por passar dezessete anos desde que concluí o ensino médio em 2004 sem aproximação com a educação. Eu estava completando dezessete anos quando concluí o ensino médio e já trabalhava desde os treze fazendo procedimentos em cabelos para ajudar a minha família que vivia na descida do ônibus do Morro da Conceição, um bairro da zona norte do Recife. Lembro que minha avó\mãe, dona Ivanize, que me acolheu quando fui expulsa de casa por minha mãe biológica junto ao meu padrasto, adorava queijo coalho, mas raramente ela comia e nem nós por não ter condições. Mas, o dinheiro da primeira escova que fiz, na época uns 5 reais, corri para a venda que ficava próxima e comprei de queijo para ela, fiquei numa felicidade só. Quantas outras avós, mães, tias não gostavam de queijo, mas não compravam para priorizar a sobrevivência de seus entes queridos, ao comprar pães, bolachas, o sagrado café, o açúcar e outras comidas que o dinheiro dava? Se para minha avó não chegava um dos queijos mais baratos, imagina chegar literatura para mim, poemas, livros. É essa a herança histórica do processo de abandono, genocídio, epistemicídio (CARNEIRO, 2023), das populações negras, travestis/trans, indígenas, quilombolas, dos morros que atravessa o meu povo, a minha família e a minha vida de escassez em diversos campos do conhecimento e de toda falta de estrutura para viver dignamente.

Talvez o que mais pode se aproximar da minha escrita, quando estou transnarrando² (SOUZA, 2023), seria a metodologia de Conceição Evaristo, escrevivência (Ângela DANNEMANN, 2021). Ou, quem sabe, a minha própria forma de escrever quando a partir da minha experiência de “vida” e memórias de uma “vivência” travesti negra, nas inúmeras “mortes sociais” (Edison VEIGA, 2021), antes da física. Vou tecendo sobrevivências, escrevendo a partir do processo constante do apagamento, exclusão, abjeção, expulsão, do não ser, não existir, não ter, não poder, não saber. *Transcrevivendo* da “morte” para a vida, diferente de quem vive escrevendo. Sempre digo que o tempo das travestis e pessoas trans não é o tempo da cisgeneridade. Eu já morri tantas e tantas vezes, em Xica Manicongo, em Dandara, em Roberta Nascimento, em Kalindra, aos 35 (ARAÚJO; NOGUEIRA, 2022), aos 30, aos 20, aos 15. Esse ano faço 37 anos, vou insistindo em sobreviver por meio de inúmeros corpos para nesse processo de sobrevivências, resgatar minhas experiências e memórias através das diversas formas de resistir e insistir em escrever.

Considerações finais

Transcrever através das sobrevivências é um alento para pessoas com a nossa trajetória de tanta desigualdade, ao qual foram inscritas no “signo da morte” (CARNEIRO, 2023), e

enfrentam, inclusive na academia, tantos outros processos de apagamento, silenciamento e desvalidação do processo genuíno de produção de outros saberes.

Portanto, estamos diante de um elemento estratégico, a educação, fundamental dentro da arquitetura do dispositivo de racialidade. Como afirma Foucault, a apreensão da operacionalidade do dispositivo se torna trans, das suas narrativas e contribuições para a ciência. Pesquisadoras/es trans comumente são preteridos e seus trabalhos contestados pelos espaços acadêmicos. Além disso, há a dificuldade de poderem falar abertamente sobre aquilo que os representa, sentem e desejam, sem a interdição do poder da ciência (Bruna BENEVIDES; LEE, 2018, p. 2).

“Sobre aquilo que sentem e desejam”, é preciso retornar a esse trecho porque aquilo que passamos, desejávamos e o modo como sentíamos sempre serviu para a construção da ciência a partir da epistemologia (cis)eurocêntrica. Ora, agora que adentrando o campo do fazer científico, nossas mais verdadeiras sensações, desejos não servem porque quando o saber trans, negro, indígena, periférico se levanta, não é ciência, é subjetividade (Grada KILOMBA, 2019). Do mesmo modo que raça não existe para a ciência hoje, visto que não mais convém para a dominação, exploração, genocídio, escravização de povos não brancos. Da filosofia Iluminista, adentrando fortemente na corrente evolucionista da Antropologia, aos precursores das Ciências Sociais no Brasil, introduzida e distribuída no pensamento infeliz de Nina Rodrigues. "Verdadeiros negros são incapazes de civilização e, se civilização houve na África, não pode ser atribuída aos povos negros, e sim a um ramo da raça branca." (CARNEIRO, 2023, p. 96.) O silenciamento (CARNEIRO, 2023) a muito tem serventia na atualidade brasileira por meio da defesa de uma democracia racial que nunca existiu. Do que depende o fazer antropológico e etnográfico para nós que chegamos “agora”, mas há séculos serviram de base experiencial para formulação das inúmeras teorias que existem? Do trabalho/pesquisa de campo de Malinowski (1984), ao qual foi um marco na Ciência moderna, da “boa etnografia” teórico Metodológica de Mariza Peirano (2013), na distinção entre Etnografia e Antropologia, Tim Ingold? (2011). Eu ou o outro? Estranhamento ou pertencimento? Do particular ou público? Do geral ou do local? Da natureza ou da cultura? Da subjetividade ou objetividade? Do afastamento ou da aproximação? Da descrição cautelosa considerando o contexto particular ou do processo de aplicação de teorias universais em comunidades outras para comprovação de hipóteses, teorias sem qualquer compromisso com a realidade local dessas comunidades? A questão da alteridade, por exemplo, que permeia diversas produções na história da Antropologia, como pode ser analisada a partir de um “outro” que não pode existir porque as estruturas transfóbicas da sociedade as apagam de todas as formas possíveis? Letícia Nascimento em sua obra

“Transfeminismo”, de 2021, num excelente exercício analítico das disputas sobre as categorias “mulher” e “gênero”, mas também na disputa do nosso espaço enquanto vivência das travestis e mulheres trans e de produção da luta transfeminista. Mais ou menos encontra um lugar nessa “disputa” mas também um lugar na humanidade, ontológico, visto que, assim como a população negra por muitos séculos, nós não somos dignas de pertencer ao gênero humano. “O outro do outro do outro” (Letícia NASCIMENTO, 2021), é um marco para reflexões filosóficas, históricas, socioantropológicas e políticas na produção da intelectualidade travesti no Brasil e na existência das travestis e pessoas trans no mundo.

Em suma, tenho mais perguntas do que respostas, e espero encontrar uma pequena fresta nos dois campos: o da minha área/tema de pesquisa, considerando as (im) possibilidades e desafios de ser um corpo marcado socialmente onde os estigmas chegam antes de mim no campo; e o da própria disciplina Antropologia para poder, quem sabe, produzir a “boa etnografia” e ter a possibilidade de contribuir com uma bagagem teórica ainda muito “escassa” e atravessada por tantas violências para ampliação de novas formas de produzir etnografias e Antropologias outras.

Referências

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil.** Redetrans Brasil. 2020/2022.

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **A Espacialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021.** Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.

BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. **Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans.** Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa em assembléia.** Ed. Civilização Brasileira. RJ, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser.** Ed. Zahar. 2023.

CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R.B. & BICALHO, P.P.G. **Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização.** (2018).

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica. Ed. UFRJ, 2011.

DANNEMANN, Angela. **Escrivência: um movimento necessário.** Disponível em Artigo — Escrivência: um movimento necessário (correioabraziliense.com.br) acessado em: 07/04/2024

FAVERO, S. **Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais.** Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520. Disponível

em <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acessado em: 6 abr. 2024.
FUENTES, Patrick. **Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acessado em: 05/04/2024

JESUS,

Jaqueline Gomes de, ALVES Hailey. **Feminismo transgênero e de mulheres transexuais**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf> . Acessado em: 08-04-2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. trad. jess oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARIZA, Peirano. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, 42 | 2014.
NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
INGOLD, Tim, 2011. Epilogue: “Anthropology is not Ethnography.” In: Being Alive. Routledge.

SALGADO, Marta Patricia Castañeda. **Etnografia feminista**. In: Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales / Norma Blazquez Graf, Fátima Flores Palacios, Maribel Ríos Everardo, coordinadoras. – México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012.

SOUZA, S. V. C. **Transnarrativas sobre a relação das travestis, pessoas trans e a empregabilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2023.

VEIGA, Edison. **O que faz o Brasil ser líder em violência contra pessoas trans**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/o-que-faz-o-brasil-ser-lider-em-violencia-contra-pessoas-trans>. Acessado em: 09/04/2024

SP, Invisível. **Racismo Ambiental: como a desigualdade afeta a população em situação de rua**. Disponível em: https://www.spinvisivel.org/blog/racismo_ambiental/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwiuC2BhDSARIsALOVfBJ7mDeN1F5BLjHEuwA4J-EvbXhelAL_bXILF1ea-7ZUVRZHNcVoZ6UaAmrHEALw_wcB Acessado 03/09/2024.

Submetido em 23/05/2024

Aceito em 17/09/2024